

Sexualidade e Relações de Gênero 3

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Solange Aparecida de Souza Monteiro

(Organizadora)

Sexualidade e Relações de Gênero

3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S518	Sexualidade e relações de gênero 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 3) Formato: PDF Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-609-6 DOI 10.22533/at.ed.096190609 1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série. CDD 306.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Talvez você já saiba o que são “relações de gênero”, talvez não. Para começarmos, é importante que saibamos do que estamos falando. A palavra “gênero” tem um uso muito variado. Em ambientes escolares, por exemplo, é comum que professores que trabalham com língua portuguesa falem de diferentes gêneros linguísticos ou textuais. Também falamos de gênero de música que gostamos; e, quando vamos ao cinema, escolhemos o gênero de filme que preferimos (comédia, drama, suspense, terror etc.). Aqui falaremos de outro conceito de gênero, mais especificamente trataremos de relações de gênero. palavra gênero designa as várias possibilidades construídas dentro de uma cultura específica de nos reconhecermos como homens ou mulheres. Assim, ser homem e mulher pode variar sensivelmente dependendo da época, do lugar e ainda dos valores sociais que norteiam as interações dos indivíduos numa dada sociedade. Falamos sempre de relações de gênero porque entendemos que a construção do feminino e do masculino acontece de forma relacionada e interdependente. É isso que vamos discutir. Nesse sentido, pensar como a condição juvenil também se expressa numa perspectiva de gênero, visto que os meninos e as meninas são interpelados a se afirmarem como homens e mulheres ao incorporarem atributos considerados masculinos ou femininos na cultura em que vivem. E isso tem tudo a ver com sexualidade e vivência das experiências sexuais. Papo que interessa muito aos jovens, não é mesmo?!

Em termos de políticas públicas, a partir da primeira década do século XXI, se intensificaram, em diversas áreas, iniciativas que contemplam o olhar dos direitos humanos e sexuais. Diante de tais iniciativas e outras conquistas da atuação do movimento civil, surge o discurso de tolerância e respeito às diversidades sexuais, que ganham cada vez mais visibilidade, em contraponto ao obscurantismo a que estavam submetidas outrora. Assuntos relacionados à sexualidade sempre foram vistos com muita cautela na escola. Desde formalizada sua inserção nesta instituição por meio do currículo, se deu o questionamento sobre os limites do público e do privado no que se refere ao sexo, o que tornou necessária uma série de ajustamentos para que este pudesse ser discutido no ambiente escolar. “As diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que formas de discrição é exigida a uns e outros” (FOUCAULT 1976/1999, p. 30) são questões que estão em jogo quando se trata da sexualidade. Não é somente por meio dos conteúdos curriculares formais que a sexualidade permanece na escola, mas está presente em diversas práticas pedagógicas, assim como em vivências de socialização que ocorrem neste espaço. Contextos historicamente construídos e conjunturas sócio-políticas estão imbricadas nas relações, práticas e discursos institucionais em que se tecem relações de poder, configurando um espaço singular no qual estão inseridos alunas e alunos. As maneiras como a escola, a família e a sociedade lidam com determinadas questões

influenciam na construção de queixas escolares que desabrocham como se fossem unicamente do sujeito que a veicula, mas no entanto são reveladoras de determinado contexto social e escolar. Assim, a sexualidade e, indissociadamente a esta, as relações de gênero, estão presentes nas diversas dimensões do cotidiano, e têm interfaces pedagógicas e psíquicas relacionadas à produção de queixas escolares. Nessa perspectiva, o sexo biológico (ou o corpo concreto) é apenas a definição das características corporais primárias e secundárias. Não são negadas as diferenças biológicas entre mulheres e homens, apenas consideram nas uma condição, e não uma limitação aos papéis sociais a serem desempenhados. Logo, gênero é uma categoria relacional, fruto de identificações subjetivas com determinado conjunto de papéis sociais, internalizados durante a vida, com significados de caráter histórico e social. Nessa perspectiva, a sexualidade pode ser compreendida como a expressão de sentimentos, desejos e prazeres, interpelados aos significados intersubjetivos que os sujeitos estabelecem a estes. Já as abordagens essencialistas consideram o sexo biológico como determinante do sujeito, ou seja, acreditam que as características relacionadas ao comportamento feminino/masculino e a sexualidade são definidas pelo sexo anatômico e combinam-se com este de maneira imutável. Uma compreensão essencialista do sexo “procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos” (WEEKS, 1999, p. 40). Nessa perspectiva, o sujeito que não cumpre o que é suposto determinado biologicamente, é, então, compreendido como desviante ao que seria natural. Das práticas pedagógicas curriculares, observa-se que normalmente a discussão acerca da sexualidade na escola se restringe a aulas específicas, de biologia ou educação sexual, e é abordada de maneira essencialista, focalizando a anatomia dos corpos de mulheres e homens. A prevenção de doenças sexualmente transmissíveis nas práticas heterossexuais e a reprodução humana são os principais temas, frequentemente ignorando outras dimensões da sexualidade, como o desejo e o prazer. Geralmente cinde-se a sexualidade dos aspectos práticos da vida e adequa-se a linguagem, conferindo à abordagem um formato cientificista.

Do mesmo modo, as diversas formas de expressar feminilidades e masculinidades precisam ser reconhecidas. A escola pode ser um dos lugares de alternativa ao modelo tradicional das relações de gênero, construindo e legitimando diversas possibilidades de vivência de gênero já desde a Educação Infantil, e assim contribuir para a promoção da liberdade e da diversidade nos âmbitos sexuais e de gênero, tanto no que se refere ao desenvolvimento individual quanto à formação para criticidade e transformação social. Demarcações de gênero não ocorrem somente na escola, mas também em outros espaços, como exemplo, na clínica, em que o psicólogo normalmente é tendencioso nas escolhas de brinquedos e materiais levados às sessões. Em tais circunstâncias, o profissional precisa estar atento aos limites do que está produzindo: um espaço de acolhimento, na tentativa de produzir um ambiente confortável à criança atendida que provavelmente já internalizou determinadas exigências de gênero do meio; e/ou uma situação que acaba operando

como coerção/ajustamento de gênero. As representações das relações de gênero e da sexualidade em nossa cultura interceptam a escola enquanto instituição, constituindo uma significação característica sobre gênero e sexualidade no contexto institucional escolar. Assim, a escola tem uma história com o controle dos corpos e a sexualidade que precisa ser levada em conta em suas interfaces sociais e políticas, para a análise no que tange as queixas escolares. A aluna e o aluno também têm uma história escolar, produzida na intercepção com os diversos funcionamentos institucionais. Ainda, ocupam lugares específicos e tecem relações singulares que se estabelecem no contexto da queixa em questão, produzindo situações únicas. A queixa escolar emerge, então, em determinado contexto, e é possível que haja uma dimensão no âmbito da sexualidade e do gênero a ser compreendida. Assim, ao compreender as dimensões individuais, sociais e políticas da queixa, o psicólogo pode atuar no sentido de fortalecer as potencialidades do indivíduo e de sua rede de relações frente às situações adversas. Além disso, a clínica pode ser um lugar de acolhimento para a dor do preconceito e expressividade de identidades marginalizadas em outros espaços. Na instituição escolar, é importante e imprescindível que os profissionais da educação contribuam na discussão sobre homofobia e sexismo, preconceitos que, mesmo em suas manifestações mais sutis, têm sido relevantes nas histórias escolares de diversas crianças e jovens.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SABERES E DILEMAS SOBRE SEXO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE	
<i>Solange Aparecida de Souza Monteiro</i>	
<i>Paulo Rennes Marçal Ribeiro</i>	
<i>Valquíria Nicola Bandeira</i>	
<i>Carlos Simão Coury Corrêa</i>	
<i>Andreza de Souza Fernandes</i>	
<i>Isabel Cristina Correa Cruz</i>	
<i>Fernando Sabchuk Moreira</i>	
<i>Ana Paula Sabchuk Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906091	
CAPÍTULO 2	14
A CONTRIBUIÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS PARA FORTALECER O DIÁLOGO COM OS ADOLESCENTES SOBRE A SEXUALIDADE	
<i>Betânia Maria de Oliveira Amorim</i>	
<i>Luiza Maria Alfredo</i>	
<i>Maria Renally Braga dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906092	
CAPÍTULO 3	26
“AQUELA FOTO EM QUE ESTOU DE DOUTORA”: MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE INFÂNCIA E ESCOLARIZAÇÃO NO MARANHÃO NAS DÉCADAS DE 1950/1960	
<i>Tatiane da Silva Sales</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906093	
CAPÍTULO 4	37
A BRANQUITUDE COMO PRIVILÉGIO NOS MOVIMENTOS FEMINISTAS! O LUGAR DA MULHER BRANCA NA LUTA POR IGUALDADES RACIAIS E DE GÊNERO	
<i>Rafaela Mezzomo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906094	
CAPÍTULO 5	48
A INSTAURAÇÃO CÊNICA “CORPO LIVRE”	
<i>Tiago Herculano da Silva</i>	
<i>Nara Graça Salles</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906095	
CAPÍTULO 6	60
A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO: ANÁLISE DE PROCESSOS CRIMINAIS	
<i>Valdemir Paiva</i>	
<i>Claudia Priori</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906096	

CAPÍTULO 7 70

A PESSOA TRAVESTI E A/O PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM: PERCEPÇÃO DE HUMANIZAÇÃO E DO RESPEITO À EXPRESSÃO E IDENTIDADE DE GÊNERO

Carle Porcino

Cleuma Sueli Santos Suto

Dejeane de Oliveira Silva

José Andrade Almeida Junior

Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

Jeane Freitas de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0961906097

CAPÍTULO 8 85

A PRÁTICA RECREATIVA DO *MOUNTAIN BIKE* NO INTERIOR DE MINAS GERAIS: LAZER, NATUREZA E DOMÍNIO DOS HOMENS

Fabiana Duarte e Silva

Francielle Pereira Santos

Ludmila Nunes Mourão

Marília Martins Bandeira

DOI 10.22533/at.ed.0961906098

CAPÍTULO 9 95

A SAÚDE DO HOMEM NA PERSPECTIVA DA SEXUALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alana Maiara Brito Bibiano

Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral

Marília Martina Guanaany de Oliveira Tenório

Nívia Madja dos Santos

Roberto Firpo de Almeida Filho

Taíse Gama dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0961906099

CAPÍTULO 10 102

AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE DE UMA EQUIPE INTERDISCIPLINAR EM UM GRUPO DE HOMENS: O DESPERTAR PARA O AUTOCUIDADO

Marília Martina Guanaany de Oliveira Tenório

Alana Maiara Brito Bibiano

Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral

Roberto Firpo de Almeida Filho

Taíse Gama dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.09619060910

CAPÍTULO 11 107

NA FRONTEIRA ENTRE A FEMINILIDADE E A MASCULINIDADE: MULHERES E AS TENSÕES DOS PADRÕES DE GÊNERO NA FÍSICA

Kariane Camargo Svarcz

DOI 10.22533/at.ed.09619060911

CAPÍTULO 12 119

ECONOMIA SOLIDÁRIA: ECONOMIA DE MULHER?

Maria Izabel Machado

DOI 10.22533/at.ed.09619060912

CAPÍTULO 13	135
EDUCAÇÃO E CINEMA: DEBATES SOBRE SUJEITOS SOCIAIS, FEMINISMOS E CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES	
<i>Lucas Leal</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060913	
CAPÍTULO 14	152
E AGORA EDUCADOR/A? O WILLIAM PEGOU MINHA BONECA PARA BRINCAR!	
<i>Guilherme de Souza Vieira Alves</i>	
<i>Marcia Cristina Argenti Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060914	
CAPÍTULO 15	162
ENTRE A ESCRAVIDÃO SEXUAL E O ESTUPRO: UMA ANÁLISE DA PROSTITUIÇÃO COMO INSTRUMENTO DA DOMINAÇÃO MASCULINA	
<i>Caroline dos Santos Coelho</i>	
<i>Alessandra Benedito</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060915	
CAPÍTULO 16	171
ESCOLA SEM PARTIDO E EDUCAÇÃO SEM CRITICIDADE: A QUEM SERVE?	
<i>Lana Claudia Macedo da Silva</i>	
<i>Ana de Luanda Borges Braz da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060916	
CAPÍTULO 17	178
ESCRITAS DE SI E POLÍTICAS DE AGÊNCIA: ARTEVISMOS POÉTICOS DE MULHERES NEGRAS	
<i>Anni de Novais Carneiro</i>	
<i>Laila Andresa Cavalcante Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060917	
CAPÍTULO 18	185
EXPOSTAS À VIOLÊNCIA POR SEREM MULHERES E AMAREM DEMAIS	
<i>Paula Land Curi</i>	
<i>Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060918	
CAPÍTULO 19	194
EXPERIÊNCIAS DE CUIDADO VIVIDAS POR MULHERES ACOMPANHANTES DE DOENTES ONCOLÓGICOS	
<i>Eduardo da Silva</i>	
<i>Marlene Tamanini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060919	
CAPÍTULO 20	206
FEMINILIDADE E CÂNCER DE MAMA: O QUE PODE A MULHER?	
<i>Aline Barrada de Assis</i>	
<i>Fabricia Rodrigues Amorim Aride</i>	

DOI 10.22533/at.ed.09619060920

CAPÍTULO 21 219

GÊNERO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

Ângela Kaline da Silva Santos

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Lucicleide Cândido dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.09619060921

CAPÍTULO 22 230

NEGAÇÃO AO ACESSO AO ABORTO: PODER E VIOLÊNCIAS

Ivana Maria Fortunato de Barros

Paula Land Curi

Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins

DOI 10.22533/at.ed.09619060922

CAPÍTULO 23 242

PRÁTICAS EDUCATIVAS FEMINISTAS COMO SUBSÍDIO AO ENFRENTAMENTO À CULTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ângela Maria Simão Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.09619060923

CAPÍTULO 24 252

RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DE ESTAGIÁRIOS (AS) DO CURSO DE PEDAGOGIA

Jussara Silva da Costa

Polena Valesca de Machado e Silva

DOI 10.22533/at.ed.09619060924

CAPÍTULO 25 264

DISCUSSÕES ACERCA DO DISCURSO MIDIÁTICO CONTEMPORÂNEO: A FABRICAÇÃO DO CORPO MAGRO NA REVISTA ANAMARIA

Suélem do Sacramento Costa de Moraes

Bárbara Hees Garré

DOI 10.22533/at.ed.09619060925

CAPÍTULO 26 271

SEXUALIDADE E ESCOLA: O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE INFANTIL A PARTIR DA PSICANÁLISE

Jaqueline Tubin Fieira

Franciele Lorenzi

Giseli Monteiro Gagliotto

DOI 10.22533/at.ed.09619060926

CAPÍTULO 27 283

NEM CAPRICHOS, NEM BELEZA: REFLEXÕES SOBRE ARTE E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Francielen Leandro Apolinário

Evelly Paat Sampaio da Silva

Elisângela Martins

DOI 10.22533/at.ed.09619060927

CAPÍTULO 28 291

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA EJA SOBRE O AUMENTO DA INFECÇÃO DO VÍRUS HIV

Evaldo Batista Mariano Júnior

Maria Aparecida Algusto Satto Vilela

Valeska Guimarães Rezende da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.09619060928

CAPÍTULO 29 311

UM BREVE PERCURSO SOBRE A POSIÇÃO SOCIAL DA MULHER

Libna Pires Gomes

Paula Land Curi

Ivana Maria Fortunato de Barros

DOI 10.22533/at.ed.09619060929

CAPÍTULO 30 321

SUBJETIVIDADE LÉSBICA: A SUTILEZA LEGITIMADA PELO SILÊNCIO SOCIAL

Mariluce Vieira Chaves

DOI 10.22533/at.ed.09619060930

CAPÍTULO 31 331

VAMOS COMBINAR? ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS – UMA EXPERIÊNCIA EM MANAUS

Daniel Cerdeira de Souza

Tirza Almeida da Silva

Sônia Maria Lemos

Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato

DOI 10.22533/at.ed.09619060931

CAPÍTULO 32 336

A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO BRASILEIRO, EM PAÍSES EUROPEUS, ASIÁTICOS E LATINO - AMERICANOS

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Valquiria Nicola Bandeira

Carlos Simão Coury Corrêa

Andreza de Souza Fernandes

Carlos Simão Coury Corrêa

Isabel Cristina Correia Cruz

Fernando Sabchuk Moreira

Ana Paula Sabchuk

DOI 10.22533/at.ed.09619060932

CAPÍTULO 33 348

VELHICE E SEXUALIDADE: UM ESTUDO SOBRE A SÉRIE “GRACE AND FRANKIE”

Fabíola Calazans

Vanessa Santos de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.09619060933

CAPÍTULO 34	360
O MASCULINO E O FEMININO: DOS CONCEITOS FILOSÓFICOS AO CAPITALISMO FALOCÊNTRICO	
<i>Fabiana Nogueira Chaves</i>	
<i>Maurício Pimentel Homem de Bittencourt</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060934	
CAPÍTULO 35	370
GÊNERO E DIAGNÓSTICO EM SAÚDE MENTAL: QUE RELAÇÃO É ESSA?	
<i>Muriel Closs Boeff</i>	
<i>Tatiana Souza De Camargo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060935	
CAPÍTULO 36	376
LILITH E EVA: AS DUAS MULHERES ANTAGONICAS NO SISTEMA RELIGIOSO	
<i>Bruno Schwabenland Ramos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060936	
CAPÍTULO 37	387
O CORPO DO BRASIL NO JOGO DA VIDA	
<i>Lucia Maria Felipe Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060937	
SOBRE A ORGANIZADORA	401
ÍNDICE REMISSIVO	402

ECONOMIA SOLIDÁRIA: ECONOMIA DE MULHER?

Maria Izabel Machado

RESUMO: Iniciativas de geração de renda e participação cidadã associadas à Economia Solidária tem demonstrado há alguns anos a importância de associações e redes como essa no tocante a minimização da pobreza, especialmente no restabelecimento de laços de proteção entre indivíduos e comunidades. Um dado relevante sobre essas experiências é a grande participação de mulheres, especialmente nos Clubes de Troca; o que desafia de imediato, a manter-se um referencial analítico gendricado. Originados na década de 1990 na Argentina e presentes em diversas regiões do país, no Paraná encontram-se articulados na Rede Pinhão de Clubes de Troca, base para os estudos empíricos do presente trabalho. Há diferentes discursos em construção em torno da Economia solidária que refletem concepções distintas quanto ao papel e aos impactos esperados das iniciativas. Procuramos problematizar, frente à diversidade de abordagens, o papel secundário atribuído a Economia Solidária e ao trabalho produzido por mulheres junto aos estudos clássicos e quiçá junto a determinados setores do movimento social.

PALAVRAS-CHAVE: economia solidária; gênero; mulher; trabalho.

ABSTRACT: Initiatives to generate income and citizen participation associated with the Solidarity Economy have demonstrated for some years the importance of such associations and networks in terms of minimizing poverty, especially in the restoration of protection ties between individuals and communities. A relevant fact about these experiences is the great participation of women, especially in the Exchange Clubs; which immediately defies the maintenance of a gendricated analytical framework. Originated in the 1990s in Argentina and present in several regions of the country, in Paraná are articulated in the Pinhão Network of Exchange Clubs, base for the empirical studies of the present work. There are different discourses under construction around the Solidarity Economy that reflect different conceptions about the role and the expected impacts of the initiatives. We try to problematize the secondary role attributed to the Solidarity Economy and the work produced by women in the classical studies, and perhaps in certain sectors of the social movement.

KEYWORDS: solidarity economy, gender, woman, work

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende estabelecer relações entre as representações construídas na definição do que é trabalho, trabalho

feminino e os impactos dessas representações no papel atribuído aos Clubes de troca e na identidade de suas participantes.

Mesmo que de forma velada assiste-se a certa hierarquização dos empreendimentos ditos solidários na qual ocupam a dianteira as Cooperativas de Crédito e de Produção Agrícola, tendo como critério básico o potencial econômico e o alcance das iniciativas em relação ao número de famílias atingidas, no extremo oposto estariam os Clubes de Troca, centrados na troca de produtos e não em sua produção.

A visibilização em função de seu porte somada a formalização, situação em que se encontram as cooperativas citadas, habilitam os grupos e seus membros a acessar concorrências públicas, programas governamentais, parcerias com universidades e o setor privado. Realidade distante dos Clubes de Troca, por exemplo, que contam em média com 20 participantes quase que exclusivamente mulheres, sem registro formal ou mesmo local fixo para os encontros, e o mais grave: são grupos que “não produzem” bens, apenas trocam.

Estabelecer um ranking dessas iniciativas, particularmente a partir desses critérios, reproduz em menor escala o que o mercado de orientação neoliberal já vem fazendo há algumas décadas: excluir as iniciativas de base popular, chefiadas por mulheres e que não “produzem” bens econômicos.

Embora tenham se multiplicado estudos sobre essas iniciativas, grande parte das análises gravita em torno de um mesmo eixo: pode a Economia Solidária fazer frente o modelo capitalista neoliberal? Longe de minimizar esse debate, o que propomos é um percurso analítico menos universalizante, considerando especialmente a perspectiva empírica que nos permitiu aproximações com o campo e suas tensões. Embora não nos detenhamos sobre o possível potencial de enfrentamento ao modelo econômico hegemônico, nos perguntamos sobre o caráter emancipatório da Economia Solidária a partir de seus agentes.

Nesse sentido os Clubes de Troca apresentam-se como iniciativas promissoras do ponto de vista analítico. Ainda que não se enquadrem nos critérios de relevância econômica, estão presentes em diversas regiões do país agregando setores da população que, em muitos casos, participam dos dados oficiais apenas na condição beneficiários de programas assistenciais.

As reflexões propostas partem de dados empíricos coletados junto ao Clube de Trocas Nova Semente, localizado no município de Almirante Tamandaré, região metropolitana de Curitiba, durante pesquisas de caráter monográfico e dissertativo.

Ao nos perguntarmos sobre outros sentidos construídos para a economia no âmbito do Clube de Trocas o que assistimos emergir foram outros significados para as relações dentro e fora do grupo, especialmente na resignificação das mulheres de seu papel junto ao grupo, a família, a comunidade, e, sobretudo a resignificação de suas trajetórias e identidades.

Contudo, não obstante assistamos a emergência de novos padrões de

sociabilidade neste e em outros grupos, os avanços obtidos são ofuscados perante o status adquirido pela Economia Solidária frente a outros Movimentos Sociais e do Clube de Trocas frente a outros empreendimentos solidários.

Esse ponto de tensão conduziu a reflexão acerca do lugar da Economia Solidária junto aos Movimentos Sociais e o lugar dos Clubes de Troca em meio aos demais empreendimentos. O pano de fundo sobre o qual se inscreve essa reflexão é a imbricação entre a pouca relevância dada aos Clubes de Troca e sua participação majoritariamente feminina. Mais que isso, questiona-se a maneira como se constroem as classificações do que é trabalho, o status do que é considerado trabalho feminino e os impactos dessas representações sobre a identidade das mulheres.

Um dos autores a se debruçar sobre as questões do atual mundo do trabalho é Ricardo Antunes. Sua definição de proletariado como classe que vive do trabalho é colocada em perspectiva gendrificada, expondo uma tensão teórica e epistemológica ao reproduzir um modelo analítico insuficiente para reconhecer determinadas formas de trabalho, trabalhos femininos, como socialmente úteis.

Paola Tabet e Michelle Perrot desenvolvem outro caminho no sentido de explicitar como o subequipamento feminino e o silenciamento histórico a que foram submetidas às mulheres resultou em menos tempo para outras atividades que não o trabalho lento, penoso e invisível, implicando inclusive na reduzida participação feminina nas instâncias políticas deliberativas.

Desenvolveremos a reflexão seguindo o seguinte itinerário: na primeira seção tratamos dos aspectos gerais da Economia Solidária e do Clube de Troca pesquisado, seguimos apresentado na segunda seção propostas e confrontos para a economia nestas práticas. Na terceira parte tratamos das tensões e dificuldades na avaliação dessas práticas, tensões essas que se avolumam quando se trata da ausência de análise a respeito do significado quanto a ser uma economia pensada, gerenciada e vivida por mulheres. Na quarta e última seção abordamos os valores cultivados e procuramos levantar como estão gendificados nos grupos e na experiência das mulheres.

1 | ECONOMIA SOLIDÁRIA E O CLUBE DE TROCAS NOVA SEMENTE

De acordo com o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005-2007)¹ a Economia Solidária compreende um conjunto de atividades econômicas organizadas e executadas por trabalhadores e trabalhadoras de forma solidária e autogestionada. As ações são de amplo espectro que vão desde grupos informais como Associações de Mães e Clubes de Troca a grupos formalizados como Cooperativas de Produção ou Crédito.

Entre os critérios para que o empreendimento seja considerado solidário

¹ Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007. Org. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG. São Paulo: Todos os Bichos, 2009

está a organização coletiva supra familiar com gestão coletiva de suas atividades e distribuição equitativa dos resultados. Segundo o Atlas foram mapeados 21.859 empreendimentos solidários em 2.933 municípios do Brasil (53% dos municípios brasileiros), concentrados majoritariamente na região nordeste do país. Entre esses empreendimentos predominam as Associações, sendo que 48% atuam exclusivamente nas áreas rurais, 35% nas áreas urbanas e 17% em ambas.

A década de 90 é marcada pelo surgimento dos empreendimentos motivados especialmente pelo contexto econômico Latino Americano. No Brasil os grupos chamados informais apresentaram taxa de crescimento acentuada em relação as demais como Associações e Cooperativas.

Em número de participantes os empreendimentos ultrapassam a marca de 1 milhão e 600 mil. Um dos dados mais interessantes apontados pelo Atlas é sobre a participação de homens e mulheres. Em números relativos a participação masculina é de 63%, sobressaindo na região sul onde a prevalência é de 69% de homens.

Os dados, contudo, devem ser analisados de maneira contextual, relacionando informações quanto ao tipo e ao porte do empreendimento. O número de homens é maior nos empreendimentos maiores, cooperativas e associações. Já nos grupos informais, com média de 20 participantes as mulheres destacam-se como maioria. Além disso, outras pesquisas² reforçam a expressiva participação feminina especialmente nos empreendimentos de pequeno porte.

Entre os grupos informais destacam-se desde a década de 90 na Argentina e a partir do ano 2000 no Brasil os chamados Clubes de Troca. Em resposta à recessão econômica e com a baixa circulação de moeda alguns grupos argentinos organizaram-se para trocar produtos e serviços utilizando troca direta (produto por produto) e moeda social (moeda utilizada para intermediar as trocas em substituição ao dinheiro).

Desde este contexto mais geral focamos nos dados referentes aos Clubes de Troca no Paraná (CARNEIRO, 2011) que traçam um perfil dos grupos e suas atividades, destacando a massiva participação das mulheres. Iniciados em Curitiba a partir de 2001, reuniram mulheres que faziam parte principalmente das listas de assistência social de algumas paróquias da cidade. Os primeiros movimentos de formação dos grupos deram-se pela busca de cestas básicas distribuídas por algumas igrejas a famílias carentes. O caráter assistencialista e paliativo dessa medida motivou a organização de grupos com o objetivo de gerar formas alternativas e menos dependentes de complementação de renda para o sustento das famílias.

Com variações no número de participantes e mesmo na quantidade de grupos, há alguns elementos recorrentes: o perfil das participantes é de mulheres acima de 35 anos, com pouca ou nenhuma escolaridade, sem colocação no mercado

2 MACHADO, Maria Izabel. “Aí a gente vai sendo solidária e as pessoas vai revivendo”: O Clube de Troca e a construção da sociabilidade. 2012. 127f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFPR/PPGS, Curitiba, 2003.

formal de trabalho. Contribuem para a composição da renda familiar ocupando-se em trabalhos esporádicos como diaristas, cuidadoras de idosos e/ou crianças, ou ainda com panfletagens, ocupação sazonal desenvolvida especialmente em períodos eleitorais.

O grupo estudado por nós localiza-se na região metropolitana de Curitiba no município de Almirante Tamandaré. Denominado Nova Semente foi criado em 2007 e assim como outros grupos passou por momentos de esvaziamento e interrupção das atividades, mas manteve-se um núcleo constante de aproximadamente 6 participantes, chegando a 25 membros com participação flutuante.

Mesmo nos períodos de maior adesão ao grupo a participação masculina foi residual, apenas dois homens. Entre as mulheres a faixa etária concentrou-se em torno dos 40 anos, a maioria delas sem ocupação no mercado formal de trabalho. Durante o período mais intenso de observação apenas uma das participantes estava empregada formalmente. Uma estava aposentada por problemas de saúde e as demais se ocupavam dos cuidados domésticos, tomando conta de netos sem vagas em creches ou ainda trabalhando como empregadas domésticas diaristas.

Do ponto de vista do funcionamento, o grupo segue uma espécie de base comum a todos os grupos: os encontros são periódicos, nesse caso quinzenais. Há um estatuto estabelecendo regras internas e uma coordenação rotativa. De tempos em tempos um grupo de quatro pessoas é escolhido entre os participantes para animar os trabalhos e representar o grupo em atividades externas.

A dinâmica de realização dos encontros também segue uma espécie de roteiro. Na chegada todos apresentam a um membro do grupo os objetos trazidos para a troca, recebem certa quantidade de moeda referente ao que trouxeram e sentam-se em círculo para o início das atividades. O encontro é aberto com um momento de mística, no qual é proposta alguma reflexão em torno de temas como desigualdade, partilha e solidariedade. Os participantes novos são apresentados, há encaminhamentos práticos quanto as atividades do grupo que são: produção de artesanato, comercialização dos produtos. Durante os encontros realizam-se as trocas dos produtos por moeda social, há um intervalo para o lanche coletivo e o encerramento no qual sempre acontece uma avaliação do encontro.

A partir desse perfil básico do grupo e seus membros partimos para a análise de aspectos que nos permitem aproximar a atuação do Clube de Trocas aos aspectos estruturais da economia como está organizada atualmente.

2 | PROPOSTAS E CONFRONTOS PARA A ECONOMIA A PARTIR DO CLUBE DE TROCAS

Considerando o perfil dos membros do Clube de Trocas, especialmente as mulheres, é central para análise compreender os impactos das novas configurações

do mundo do trabalho e seus efeitos sobre elas. O trabalho impõe-se como categoria central em razão de seu potencial analítico e, sobretudo como porta de entrada das mulheres no grupo, revelando também sua importância empírica.

Entre as entrevistadas foram recorrentes as falas que atribuíam à falta de ocupação no mercado formal e conseqüentemente a falta de renda, como o principal motivo para procurarem o grupo. Segundo Paul Singer (2002), um dos sistematizadores das experiências de Economia Solidária no Brasil, os Clubes de Troca teriam surgido quase que simultaneamente na Argentina e no Canadá como resposta a crise econômica e ao desemprego em meados da década de 80. Segundo Singer:

Os clubes de troca reúnem pessoas desocupadas que têm possibilidades de oferecer bens ou serviços à venda e precisariam comprar outros bens e serviços, mas não podem fazê-lo porque para poder comprar têm antes de vender e no seu meio não há quem tenha dinheiro para poder comprar sem ter vendido antes. (SINGER, 2002, p. 106).

Mesmo reconhecendo a relevância dos Clubes, sua linguagem reproduz e explicita certa visão corrente a respeito dos participantes dos grupos. É inevitável o desconforto com a definição acima, sobretudo ao classificar seus membros como “desocupados”.

A partir da publicação sobre os Clubes de Troca (CARNEIRO, 2011) sistematizando processos que envolveram o surgimento dos grupos e a percepção de seus participantes quanto a Economia Solidária e ao papel dos Clubes, além de nossa própria incursão ao campo, é possível perceber uma ampliação do papel dos grupos junto a seus participantes, que ultrapassa a troca de bens ou serviços:

Os clubes de troca permitem que bens materiais e imateriais circulem, não fiquem guardados, “juntando poeira”. A troca possibilita a PARTILHA, que é o enfrentamento ao egoísmo, ao individualismo, ao medo. Os bens materiais que são partilhados nos clubes de troca são aqueles os quais podemos pegar, como alimentos, roupas, artesanato... os bens imateriais são aqueles os quais que não podemos pegar: a amizade, a sabedoria, o abraço, o olhar, a experiência... (CARNEIRO 2011, p. 14 grifos da autora).

Esta definição construída a partir da percepção dos e das participantes dos Clubes de Troca possibilita não apenas ampliar, mas questionar a ideia de “desocupados” apresentada por Singer. Não se trata apenas de uma questão semântica, mas de um léxico que revela o lugar ocupado por esses grupos junto ao conjunto dos Empreendimentos Solidários, assunto a ser melhor desenvolvido adiante. Inclusive porque esta categoria desocupados, é profundamente marcadora de preconceitos e de desvalorização quando se trata de contextos de grupos cujas atividades sejam majoritariamente realizadas pelas mulheres. Aspecto que frequentemente, serve

também para marcar estas atividades como de pouco alcance transformador porque consideradas como do imediato e da urgência. Elas são frequentemente colocadas sob suspeita porque ao invés de atender a economia estariam neste rol de preconceções atendendo a critérios emocionais, ou de afetos.

Anarrativa de uma das entrevistadas deixa clara a tensão entre o reconhecimento, ou a falta dele, de sua condição como trabalhadora e sua auto percepção. Ao solicitar auxílio doença junto ao INSS recebeu o benefício por ter sido considerada “inválida” pelo perito que emitiu o laudo. Contudo, em momentos diferentes se mostrou desconfortável com a classificação e os significados acionados por ela. Outras expressões correlatas como “encostada” acionam da mesma maneira significados que reforçam o estigma de estar fora do mercado formal de trabalho.

Essas mulheres chegaram ao grupo em sua boa parte porque também participavam em pastorais sociais da Igreja Católica. Ou seja, além das atividades voltadas para a garantia do próprio sustento, algumas delas ainda encontravam tempo e disposição para atender crianças, mulheres e idosos em situação de carência, sobretudo material. Em especial a partir das pastorais da saúde e da criança.

Como é possível perceber o afastamento em relação ao mercado formal de trabalho longe de significar que estavam “desocupadas” revela as múltiplas tarefas desenvolvidas tanto no sentido de garantir o sustento cotidiano como no estabelecimento de redes de apoio e de suporte à outras pessoas. O que não significa evidentemente, que todas estas atividades lhes garantam direitos, autonomia econômica, ou pelo menos condições de consumo para suprir as necessidades. À ausência de reconhecimento material de todo o trabalho soma-se a invisibilização do trabalho feminino como socialmente útil.

Ampliando a reflexão a partir de dados gerais sobre trabalho no Brasil e de acordo Síntese de Indicadores Sociais de 2012 disponibilizados pelo IBGE³. As mulheres têm jornada semanal de trabalho maior que a dos homens. Enquanto nos trabalhos ditos formais, que incluem vínculo empregatício via CLT, a jornada semanal masculina é de 44 horas semanais a das mulheres é de 40,3. Na informalidade a jornada masculina é de 40,5 contra 31,2 das mulheres. A situação se inverte quando se trata de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos: enquanto as mulheres acima de 16 anos dedicavam 27,7 horas semanais as tarefas domésticas, os homens contribuíam com apenas 11,2 horas de seu tempo. O resultado final coloca as mulheres diante de uma jornada semanal de trabalho de 58,5 horas ao passo que a masculina é de 52,7 horas.

Entre as razões para a disparidade está a concepção de trabalho, especialmente de trabalho socialmente útil. Alguns autores tributários da tradição marxista, ainda que atualizem conceitos como classe social e proletariado tendem a não considerar trabalho doméstico como trabalho socialmente útil.

3 Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&id-noticia=2268>>. Acesso em: 04 jul 2013.

Ricardo Antunes na obra *Os Sentidos do Trabalho* (2009) parte das definições marxistas de proletariado para propor sua atualização como *classe-que-vive-do-trabalho* definindo também o que deve ser considerado trabalho. Segundo Antunes enquanto Marx delimitava as fronteiras do proletariado nos limites do trabalho produtivo, manual, direto, produtor de mais valia, na atualidade, por força da conjuntura global, é preciso incluir os trabalhadores considerados *improdutivos*, aqueles que atuam na prestação de serviços, público ou privado, não atuando diretamente na valorização do capital e na criação de mais-valia.

Desta forma a *classe-que-vive-do-trabalho* compreende a “totalidade do trabalhador social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado” (ANTUNES, 2009, p. 102). Ainda que o conceito apresentado por Antunes abarque o subproletariado moderno, ou seja, trabalhadores com condições precárias de trabalho, com acesso restrito ou nulo aos direitos trabalhistas mínimos, prossegue ignorando as diversas formas de trabalho feminino desempenhado dentro e fora do espaço doméstico e que, no entanto, não é remunerado. dinamismo das práticas sociais, em especial de iniciativas como essa, não é acompanhado de novas abordagens teóricas e ou epistemológicas capazes de abarcar ainda que precariamente seus sentidos e impactos, a tensão gerada por essa espécie de déficit analítico será abordada na seção que segue.

3 | TENSÕES E DIFICULDADES NA ANÁLISE DAS PRÁTICAS NO CLUBE DO TROCAS E A AUSÊNCIA DE ANÁLISE A RESPEITO DO SIGNIFICADO DE UMA “ECONOMIA DE MULHERES”

As mudanças ocorridas nos processos produtivos no último século, aceleradas pela informatização e globalização cultural e econômica complexificaram ainda mais as análises de campos como o mundo do trabalho e as relações de poder e dominação.

Categorias binárias e universalizantes como burguesia e proletariado, dominadores e dominados mostraram-se insuficientes para explicar relações sociais das quais emergem novos sujeitos formados como resultado de uma constelação de representações que podem e devem ser apreendidas analiticamente. O arcabouço teórico produzido por diversas intelectuais especialmente a partir da década de 70 procurou dar conta desses novos sujeitos colocando em diálogo suas especificidades, seu contexto e as relações estabelecidas a partir deles.

Desta forma foi empreendido um grande esforço em revisitar a história das relações de dominação bem como revisitar clássicos do pensamento social a fim de perscrutar as lacunas, brechas, a partir das quais foi possível problematizar o lugar das mulheres não apenas na história, mas também na produção teórica e intelectual.

A partir desse esforço que não é apenas teórico, mas profundamente político são problematizadas tensões epistemológicas que implicaram no constante apagamento

do trabalho feminino ao longo da história. Gayle Rubin (1998), por exemplo, demonstra como Marx ao contabilizar os bens necessários a reprodução da força de trabalho, não considera o trabalho adicional necessário ao consumo de itens como alimentos. Esse trabalho adicional, trabalho doméstico, é, portanto, elemento chave para a reprodução da força de trabalho colocando as mulheres e suas atividades domésticas conectadas a organização capitalista da economia. Considerando que este não é um trabalho remunerado, sua existência contribuiria para quantidade final de mais valia, coração do capitalismo.

Karen Sacks (1979) ao revisitar a obra de Engels chama a atenção para as mudanças ocorridas na instituição familiar e no papel das mulheres na sociedade. Se nas primeiras etapas da sociedade a produção econômica era de base comunitária, portanto social, a posição da mulher decaiu na medida em que a propriedade privada passa a ser o princípio ordenador da sociedade:

Como a produção de troca eclipsou a produção de consumo, a natureza da família mudou o significado do trabalho feminino dentro dela e, conseqüentemente sua posição. A mulher agora trabalhava para seu marido e sua família, em vez de trabalhar para a sociedade. (SACKS, 1979, p. 189).

Às contribuições de Tabet somamos a perspectiva de Michelle Perrot em sua obra *As Mulheres ou os Silêncios da História* (2005), na qual a autora recorre aos poucos registros sobre as mulheres, como relatórios de convenções de trabalhadores no século 19, nos quais fica claro seu lugar social: a família e a costura. Embora com participação crescente na industrialização as mulheres engrossavam alguns segmentos mais que outros: 51% dos postos na indústria têxtil e 87% dos postos na indústria de vestuário eram ocupados por mulheres.

Para Tabet as diferenças entre os instrumentos e lugares ocupados por homens e mulheres impacta também as diferenças de tempo livre e descanso, como é possível constatar a partir dos dados citados anteriormente, sobre jornadas de trabalho semanais de homens e mulheres. Segundo Perrot as greves femininas no século 19 não se concentravam nas dez horas reivindicadas pelos homens, mas apenas nas 12 horas previstas pela 2ª. República.

O que fazer com o tempo livre não é questão de menor importância, é a partir desse tempo livre que podem ser desenvolvidas atividades intelectuais ou associativas, por exemplo.

Segundo Luis Felipe Miguel, em artigo publicado em 2010, o menor número de mulheres em cargos representativos na democracia deliberativa longe de apontar desinteresse feminino pelo campo político reflete as assimetrias de gênero historicamente construídas que limitam consideravelmente o tempo livre das mulheres para a ação política.

Além disso, quando alçam cargos representativos ficam restritas a assuntos considerados femininos mantendo na arena política sua condição de subalternidade.

Assuntos como o controle do Estado e de seus recursos mantêm-se sob controle masculino. Mulheres com pretensões de avanço na carreira precisariam adotar padrões masculinos de comportamento e ação política, como no caso citado por Miguel da primeira ministra do Reino Unido Margareth Thatcher.

Para o autor, assim como o sufrágio universal foi necessário, porém insuficiente para eliminar as assimetrias, o simples acesso das mulheres a cargos representativos não é suficiente para erodir os pilares sobre os quais se assentam as relações de poder no campo político. O capital político e simbólico, acumulado pelos setores hegemônicos atua intensamente na determinação dos padrões de racionalidade e mesmo no léxico mínimo necessário para influenciar os processos decisórios. Nesse sentido, a inadequação dos discursos proferidos pelos grupos considerados subalternos, como as mulheres, atua como efetivo mecanismo de reprodução das assimetrias sociais e de exclusão. Não é suficiente, portanto, acessar postos ou cargos representativos, o modelo hegemônico de exercício do poder, modelo masculino e masculinizante, impõe seus próprios padrões de racionalidade, de oralidade e de validade argumentativa.

Ampliando as reflexões de Tabet quanto à posse de instrumentos para o trabalho, esbarramos no contexto de nossa pesquisa, na posse e controle dos bens imateriais como o domínio da linguagem, por exemplo, que não se restringe ao saber falar, mas quando se pode ou não falar, a quem se pode dirigir a palavra e, sobretudo, sobre o que calar. Perrot ressalta o silêncio da história e dos historiadores sobre as mulheres:

Esta ausência no domínio da narrativa é acompanhada por uma carência de traços no domínio das „fontes’ nas quais o historiador se alimenta devido ao déficit de registro primário. No século 19, por exemplo, os escrivães da história – administradores, policiais, juízes ou padres, contadores da ordem pública – tomam nota de muito pouco do que tem o traço das mulheres, categoria indistinta, destinada ao silêncio. (PERROT, 2005, p. 33).

Nas experiências de grupos de base comunitária, em especial o Clube de Troca pesquisado, o saber falar despontou como um desafio que evocava sentimentos como vergonha, constrangimento, humilhação. Para Tabet ainda, a equiparação em relação a posse de instrumentos necessários ao trabalho só foi possível às mulheres fora das relações matrimoniais como é possível observar na ficção, em mitos clássicos que ilustram a figura das amazonas ou das virgens guerreiras e mesmo em situações reais como em corpos militares que prescrevem a segregação sexual.

A utilização de instrumentos de trabalho inócuos, como as flechas de pontas arredondadas permitidas às mulheres esquimós, reforçam a noção de que o empoderamento das mulheres através da posse dos instrumentos adequados deve ser limitado senão impedido. Para Tabet: “no es la caza lo que es prohibido a las mujeres, sino que las armas, y con ello precisamente uma fase entera del desarrollo tecnológico, que se concretiza em los instrumentos de caza (y de guerra).” (TABET,

2005, p. 90). Para a dominação masculina, portanto, é absolutante indispensável o controle sobre os materiais necessários para produção de armas e ferramentas.

Garantir a própria subsistência, e conseqüentemente sua independência, causaria abalos significativos nas posições de poder e dominação ocupadas pelos homens. De acordo com Sacks (1979) em sociedades nas quais a produção está voltada para o consumo, as mulheres participam da vida política do grupo em condições de paridade com os demais adultos. A capacidade de fornecer e receber alimentos, a capacidade de produzir itens socialmente valorizados está na base do exercício do poder político. Nesse ponto nos perguntamos se a economia solidária não atuaria da mesma forma como uma economia permitida às mulheres justamente porque não teria potencial transformador em relação ao capitalismo.

Segundo Rubin, identificar as imbricações entre capitalismo e a atuação das mulheres na produção de bens e/ou na reprodução da força de trabalho não é suficiente para explicar a opressão das mulheres. Há um conjunto de elementos históricos e morais que determinam que uma esposa seja uma necessidade do trabalhador, assim como a cerveja o é para os operários ingleses e o vinho para os franceses.

Para a autora não é suficiente questionar as desigualdades impostas pelo capitalismo entre homens e mulheres, mas apreender como cada contexto histórico reproduziu ou não as assimetrias de gênero. Portanto, seria demasiado superficial reduzir o papel da Economia Solidária na atualidade a seus aspectos econômicos. O sistema sexo-gênero, conjunto de disposições pelas quais a matéria prima biológica do sexo é conformada pela intervenção humana e social, conceito proposto por Rubin, possibilita um alargamento analítico na medida em que extrapola os limites conceituais de categorias como trabalho produtivo/improdutivo, dominadores e dominados, além de historicizar a opressão de gênero como relações socialmente construídas e que podem, portanto, ser desconstruídas.

Para Teresa de Lauretis (1994) gênero é a representação de uma relação, que atribui a uma entidade, um indivíduo, posições determinadas dentro de grupos ou classes. Diferente de sexo tomado como condição natural, o conceito de gênero expõe a estrutura de relações sociais sobre as quais de inscrevem as identidades individuais. As concepções de masculino e feminino formam sistemas de significações relacionando o sexo biológico a conteúdos culturais valorados e hierarquizados socialmente.

Ao desnaturalizar as relações entre homens e mulheres é possível avançar na compreensão de que o pessoal é também político. Segundo Lauretis a partir dessa abordagem não cabem mais perspectivas que afirmem a existência de duas esferas da realidade social: uma pública outra privada, o espaço da rua e o da casa, o espaço da família, da subjetividade e da afetividade e o espaço externo do trabalho e da produtividade. Em vez disso, as relações sociais aconteceriam de forma interrelacionada, ou posicional como afirma Haraway (APUD HITA 2002, p. 331). Mais que definições instáveis de identidade a posicionalidade localizada ou situacional,

segundo compilado por Hita, implicaria na imbricação de um conjunto diverso e amplo de fatores acionados para determinar a posição dos sujeitos nas relações sociais, fatores como sexo, gênero, classe, religião, etc.

Desta compreensão depreende-se o fato de que homens e mulheres não apenas se posicionam de maneiras diferentes, mas são diferentemente afetados pelas posições que ocupam ou são levados a ocupar.

Sendo a economia solidária um espaço de participação majoritariamente feminina, não escapa à condição de reprodução de assimetrias de gênero, tampouco está imune às classificações impostas por leituras hegemônicas alocadas tanto no campo das orientações políticas de direita quanto de esquerda. Há por parte das esquerdas vanguardistas uma preocupação secundária com a emancipação feminina, novamente o fim da opressão dos homens sobre as mulheres deve ficar pra depois do fim da opressão de proprietários sobre não proprietários, e, em alguns casos nem isso, sequer entra nas pautas de reivindicações para um novo modelo de sociedade a emancipação feminina ou o respeito à diversidade de gênero.

A partir das contribuições dadas por Karen Sacks (1979) os mecanismos de exclusão das mulheres das esferas adultas de tomada de decisão e na capacidade de prover as necessidades do grupo contribuiriam para a socialização do trabalho masculino e a domesticação do feminino, colocando as mulheres em permanente estado de tutela masculina. Não estariam os setores da esquerda, críticos da Economia Solidária operando a partir desse mesmo registro? Ao determinarem que movimentos ou grupos detêm o potencial revolucionário colocam-se na posição de uma vanguarda detentora de todo saber e instrumental necessário à empreender as mudanças efetivas e importantes.

Essas questões, embora precisem ser enfrentadas, passam ao largo do cotidiano das mulheres e mesmo dos homens que participam dos grupos. De fato, empiricamente o que se verifica ao levantar junto aos participantes qual seria o papel dos grupos e da Economia Solidária o que se destaca é a atuação dos grupos na viabilização do cotidiano, de maneira prática, concreta, garantindo minimamente a sobrevivência material através da distribuição de cestas básicas ou ainda se constituindo em um espaço no qual os aniversários são lembrados e celebrados, por exemplo.

Achados empíricos como esse nos levam a perguntas quanto aos valores cultivados no interior dos grupos com potencial de produção de sociabilidades capazes de suplantar o ostracismo e o individualismo, assunto a ser tratado na próxima seção.

4 | VALORES CULTIVADOS E SUA GENDRIFICAÇÃO NOS GRUPOS E NA EXPERIÊNCIA DAS MULHERES

Não obstante as dificuldades teóricas e epistemológicas e o desafio de encontrar caminhos explicativos capazes de apreender a complexidade e riqueza

das experiências vividas no âmbito da Economia Solidária, há um vasto campo a ser investigado no que diz respeito aos valores e princípios cultivados no âmbito dessas experiências.

As abordagens analíticas usuais ao recaírem frequentemente no embate Economia solidária *versus* capitalismo descartam experiências importantes, limitando a relevância das iniciativas e do vivido por seus membros ao que pode ser contado numericamente. Endossamos em grande parte as críticas feitas ao modelo capitalista por seu caráter excludente e que perpetua desigualdades, no entanto, ao tomar os empreendimentos solidários unicamente como contraponto a esse modelo, são invisibilizados padrões de sociabilidade gestados no interior dos grupos com potencial para informar outros padrões relacionais que extrapolam os limites do Clube de Trocas.

Somado ao desafio de apreender analiticamente essas experiências se impõe também a necessidade de romper o silenciamento histórico que recai sobre as mulheres. Segundo Michelle Perrot: “A dificuldade da história das mulheres deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados” (PERROT, 2005, p. 29). A leitura e a escrita feminina como saberes proibidos restringem-se a escrita de diários e cartas que devem ao fim da vida ser eliminados como que para apagar “as marcas tênues de seus passos no mundo, como se sua aparição fosse uma ofensa à ordem”.

Para Michelle Perrot “a memória das mulheres é verbo” (2005, p. 40). Limitadas a oralidade, tinham sob seus cuidados a tarefa de assegurar e manter viva a memória das sociedades tradicionais. Bastou, no entanto, um avanço nos processos migratórios para que a palavra passasse a pertencer a outro interlocutor, o homem viajante carregado de presentes e boatos. Para a autora é provavelmente no século 19 que ocorre um processo gradativo de desqualificação da fala feminina, a partir do advento de meios de comunicação mais modernos.

A observação dos encontros e a sistematização de relatos individuais possibilitou apreender o longo processo percorrido por aquelas mulheres no sentido de se redescobrirem como sujeitos a partir da fala. Ao serem perguntadas sobre o que mudou a partir da participação no grupo relataram enfaticamente o “aprender a falar” como uma das principais conquistas.

A preocupação com o “aprender a falar” revela um padrão de sociabilidade imposto às mulheres historicamente e moldado para considerar o seu falar de pouca importância, errado, incômodo. Por essa razão não é de menor importância o relato de que a maior mudança na vida das participantes do grupo tenha sido perder o medo de falar.

O status atribuído a fala, ao saber falar, ao falar de maneira considerada correta, temas recorrentes nas entrevistas, poderia ser aproximado do que Luis Antonio Machado da Silva (2008) chamou de sociabilidade dos confinados, ou seja, formas específicas de relações sociais nas quais há coação explícita ou simbólica por parte de

grupos que exercem o poder por meio da violência. Silva refere-se especificamente à comunidades periféricas no Rio de Janeiro vivendo sob uma espécie de confinamento territorial e submetidas aos padrões de sociabilidades impostos pelos agentes da criminalidade. No contexto de nossas entrevistadas esse tipo de sociabilidade se mostrou de maneira mais enfática em três situações: duas envolvendo violência doméstica e uma terceira a respeito de uma série de homicídios contra mulheres no município.

Nos casos de violência doméstica os relatos se assemelhavam: o marido como provedor da casa proibia qualquer atividade fora de casa, incluindo o trabalho, quando houve “desobediência” reagiu com violência. O ciclo de violência era mantido porque as vítimas eram proibidas de relatar o ocorrido mesmo para os familiares e, por não participarem de atividades comunitárias não contavam com uma rede de apoio. Uma das vítimas, mais velha, acabou sendo abandonada pelo marido, ao que revelou alívio, e a outra mais jovem conseguiu burlar o controle doméstico e participar de alguns encontros promovidos na Associação de Moradores sobre a Lei Maria da Penha. Sobre essa experiência uma delas relata:

As mulheres aqui a gente fez um mês de curso sobre a Maria da Penha, depois do curso teve uma mulher que denunciou, já deu resultado, não deu cem por cento, mas já deu. Uma mulher vai falando com a outra, ninguém se prevalece mais, é um jeito de uma cuidar da outra, não vai enfrentar homem, é tudo pela lei, ninguém o obrigado a viver com ninguém...a menina fez o curso e o marido se emendou”
(Maria)

O silêncio como estratégia de sobrevivência se impôs mais fortemente ainda em relação aos homicídios contra mulheres no município. Segundo a imprensa local⁴ apenas entre 1994 e 2002 foram registrados 35 mortes de mulheres, todas jovens e com sinais de violência sexual. As mortes prosseguiram assim como o silenciamento que nesse caso se deu por diversas vias. A mídia, por exemplo, ao noticiar as mortes sempre associava as vítimas a prostituição e ao tráfico de drogas, informação contestada por algumas das participantes do grupo que conheciam algumas delas. Segundo Michelle Perrot: “A dificuldade da história das mulheres deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados” (PERROT, 2005, p. 29). A leitura e a escrita feminina como saberes proibidos restringiam-se a escrita de diários e cartas que devem ao fim da vida ser eliminados como que para apagar “as marcas tênues de seus passos no mundo, como se sua aparição fosse uma ofensa à ordem.” (PERROT, 2005, p. 37).

O medo de se pronunciar, especificamente o medo de serem mortas imobilizou não apenas as mulheres, mas toda a comunidade. Contudo a partir do Clube de Trocas foi organizada uma manifestação exigindo a apuração das mortes, quando perguntadas sobre essa mobilização uma delas disse: “se a gente ficar queta eles não vão parar [...] tem hora que dá pra falar, tem hora que não”(Idair).

Nesse sentido ao criar um espaço de fala e da escuta autorizada, o Clube de Troca se constituiu como um espaço no qual está sendo forjada outra sociabilidade, não mais das confinadas, mas de retomada de trajetórias individuais e coletivas. Espaço no qual o falar, ainda que pareça errado, não sofre censura, no círculo todos estão na mesma posição, sem mando ou obediência. A fala e a escuta se constituem como base efetiva da solidariedade dentro e fora do grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos perguntarmos sobre o lócus da Economia Solidária junto a outros movimentos sociais e dos Clubes de Troca junto a outros empreendimentos, nos deparamos com desafios teóricos, epistemológicos e mesmo políticos. A questão de fundo pretendeu investigar os significados e representações acerca de atividades desenvolvidas por mulheres seja no espaço doméstico ou no âmbito de atividades comunitárias, especificamente no Clube de Trocas.

Destacamos principalmente as tensões geradas pela carência teórica diante, não de novos objetos de pesquisa, mas da emergência de novos sujeitos que reivindicam pra si o direito de dizerem sua palavra, se pronunciarem. Categorias analíticas clássicas bem como os caminhos epistemológicos consagrados pela racionalidade moderna dificultam a apreensão da complexidade desses novos sujeitos e suas experiências que transcendem as relações econômicas.

Outro ponto de tensão está na própria configuração do campo. Ainda que grande parte dos estudos sistematizados sobre as experiências de Economia Solidária enunciem horizontalidade e igualdade como bases sobre as quais se constroem os empreendimentos, há entre eles práticas reprodutoras de desigualdades igualmente encontradas em empreendimentos orientados pela lógica de mercado. Mais que isso, o desejo de construir os empreendimentos a partir de valores calcados na solidariedade não é suficiente para erodir as assimetrias de gênero.

Contudo, os valores cultivados no interior do Clube de Trocas tem se mostrado com alto potencial emancipatório na medida em que tornam acessíveis, especialmente às mulheres, as possibilidades de perceberem-se como agentes cuja fala é reconhecida e valorizada.

O resgate da palavra, do ato de pronunciar-se se consolida como um valor estruturante de novas relações, como base de um novo padrão de sociabilidade que permitiria romper com ciclos de silenciamento e de assujeitamento do feminino.

REFERÊNCIAS

ANTEAG. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007**. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

CARNEIRO, Gisele; BEZ, Antonio. **Clubes de troca**: rompendo o silêncio, construindo outra história.

Curitiba: Editora Popular, 2011.

CLUBE de Trocas. Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/>>. Acesso em: 3 jul 2013.

COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico de gênero. Cadernos Pagu, Campinas/São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n. 11, p. 127-140, 1998.

COSTA Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. Cadernos Pagu, Campinas/São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, v.19, p.59- 90, 2002

HITA. Maria Gabriela. Igualdade, identidade e diferença (s): feminismos na reinvenção de sujeitos. In: DE ALMEIDA, Heloisa Buarque; COSTA, Rosely Gomes; RAMIREZ, Martha Célia; SOUZA, Érica Renata de. (orga.). Gênero em Matizes. Bragança Paulista: CDAPH/ Universidade São Francisco, 2002. P. 319-351.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: BUARQUE, Holanda de (org^a). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.206-242.

MACHADO, Maria Izabel. “Aí a gente vai sendo solidária e as pessoas vai revivendo”: O Clube de Troca e a construção da sociabilidade. 2012. 127f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFPR/PPGS, Curitiba, 2003.

_____. Economia Solidária e Emancipações: proximidades e distanciamentos. 2009. 54f. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, UFPR, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe Miguel. Perspectivas Sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. Rev. Sociologia e Política. Curitiba, vol. 18, n. 36, p. 25-49, jun 2010.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru: EDUSC, 2005.

RUBIN, Galin. El Tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catharine R. (compiladoras). Qué son los estudios de mujeres? México/ Argentina/Brasil/Colombia/Chile/Espana/EUA/Per/Venezuela: Fondo de Cultura Económica, 1998. p.15-74.

SACKS, Karen. Engels Revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada. In: MICHELLE, Zimbalist Rosaldo; LAMPHERE, Louise. A mulher a cultura a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 185 -231

SILVA. Luis Antonio Machado (org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SINGER, Paul. Economia solidária contra Economia Capitalista. *Sociedade e Estado*. Brasília, vol.16, n.1-2, pp 100-112. 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-9922001000100005&script=sci_abstract>. Acesso em: 10 jul. 2013.

_____. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TABET, Paola. Las manos, los instrumentos, las armas. In: CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules (org^a). *El patriarcado al desnudo: tres feministas materialistas* Collete Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. p.57-129.

SOBRE A ORGANIZADORA

Solange Aparecida de Souza Monteiro - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do grupo de pesquisa - GESTELD- Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto 16, 19, 174, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 320, 337, 338
Amor 75, 98, 140, 177, 182, 185, 187, 189, 190, 192, 193, 201, 202, 204, 277, 278, 280, 313, 314, 318, 323, 326, 329, 339, 353, 354, 359, 380, 384, 385, 388, 390
Arte 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 65, 137, 144, 146, 175, 219, 220, 228, 229, 241, 279, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 309, 353, 388, 390, 395, 399

B

Boneca 152, 153, 156, 159, 258, 262, 263

C

Capitalismo Falocêntrico 360, 362, 368

Comunicação 2, 8, 12, 18, 19, 24, 63, 73, 98, 112, 131, 146, 156, 245, 246, 247, 265, 269, 275, 283, 308, 310, 343, 347, 348, 358, 359, 360, 361, 362, 368, 369

Construção Social 71, 99, 254, 255, 320, 371

Corpo 9, 11, 14, 25, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 67, 68, 71, 76, 78, 82, 84, 92, 93, 94, 97, 107, 115, 116, 118, 138, 145, 155, 160, 167, 168, 174, 182, 203, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 228, 232, 233, 234, 241, 259, 264, 265, 266, 268, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 284, 285, 289, 293, 294, 295, 298, 301, 303, 307, 311, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 325, 327, 328, 329, 338, 348, 349, 350, 351, 352, 354, 356, 357, 358, 359, 361, 371, 373, 374, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399

D

Diversidade Sexual 2, 22, 24, 174, 331, 332, 334, 335

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 35, 44, 58, 63, 77, 85, 88, 89, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 110, 115, 118, 135, 136, 137, 138, 140, 144, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 163, 165, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 193, 202, 218, 222, 226, 227, 228, 229, 238, 242, 243, 244, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 264, 265, 269, 271, 279, 281, 282, 291, 292, 293, 294, 298, 302, 303, 304, 305, 309, 310, 315, 316, 318, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 358, 370, 388, 391, 394, 398
Enfermagem 70, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 97, 101, 192, 198, 217, 218, 309, 310
Escola 2, 4, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 32, 33, 34, 51, 70, 81, 109, 136, 140, 145, 146, 147, 151, 154, 160, 161, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 201, 223, 249, 250, 252, 253, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 272, 281, 282, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 298, 299, 301, 302, 304, 305, 306, 309, 310, 318, 324, 339, 341, 345, 347, 388
Ética 7, 10, 75, 81, 83, 84, 102, 199, 205, 218, 240, 272, 310, 313, 330, 337, 338, 341, 362, 382, 396

F

Feminilidade 72, 78, 107, 112, 114, 115, 116, 144, 206, 208, 210, 212, 214, 216, 218, 252, 254, 255, 311, 317, 364, 366

Feminino 20, 24, 38, 40, 41, 45, 46, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 72, 78, 79, 89, 99, 100, 104, 105, 115, 116, 117, 120, 121, 125, 126, 127, 129, 130, 133, 144, 149, 162, 170, 182, 188, 189, 191, 193, 195, 207, 208, 210, 215, 218, 221, 223, 225, 232, 233, 234, 237, 240, 241, 243, 245, 250, 253, 254, 255, 259, 267, 277, 279, 284, 285, 286, 288, 289, 292, 299, 311, 313, 314, 317, 318, 319, 320, 322, 325, 328, 331, 332, 334, 335, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 374, 378, 379, 381, 383, 385, 387, 388, 389, 390, 393, 396, 397, 398

Feminismo 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 83, 117, 118, 134, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 150, 165, 167, 170, 179, 184, 221, 222, 224, 225, 228, 323, 330, 366, 367

Formação docente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 23, 135, 136, 139, 144, 145, 147, 148, 254, 256, 257, 258, 259, 260

G

Gênero 11, 12, 15, 16, 17, 20, 22, 24, 25, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 55, 59, 60, 62, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 89, 93, 97, 98, 99, 101, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 127, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 159, 160, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 185, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 200, 205, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 232, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 272, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 292, 295, 299, 305, 307, 311, 316, 320, 322, 328, 329, 330, 331, 332, 334, 335, 340, 341, 342, 343, 347, 350, 361, 362, 364, 366, 367, 368, 370, 371, 373, 374, 375, 376, 377, 383, 384, 387, 388, 389, 397, 399

H

História da Educação 12

HIV 84, 100, 101, 198, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 334, 335, 336, 340

Homofobia 143, 174, 228

Humanização em Saúde 70

I

Identidade de gênero 55, 70, 71, 74, 77, 80, 81, 172, 221

Infância 4, 27, 31, 32, 33, 108, 109, 152, 153, 154, 155, 157, 159, 160, 161, 192, 203, 205, 249, 255, 256, 272, 273, 274, 281, 282, 324, 326, 332, 392

IST 96, 98, 99, 100, 101, 291, 293, 294, 295, 303, 305, 334, 335

J

Juventude 67, 226, 295, 296, 331, 335, 349, 350, 351, 352, 358

L

Ludicidade 152

M

Masculinidade 90, 96, 99, 100, 101, 107, 114, 117, 144, 152, 250, 252, 254

Masculino 20, 36, 41, 63, 66, 68, 71, 89, 91, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 114, 117, 128, 129, 130, 142, 143, 151, 152, 153, 159, 160, 162, 167, 169, 188, 189, 192, 193, 199, 223, 243, 250, 253, 254, 255, 259, 277, 279, 285, 288, 292, 299, 300, 318, 319, 322, 323, 328, 349, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 378, 380, 382, 383, 387, 388, 389, 390, 392, 396, 397

Mulher 20, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 66, 67, 68, 72, 78, 79, 84, 91, 94, 96, 99, 110, 112, 115, 116, 117, 119, 127, 132, 134, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 155, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 174, 178, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 206, 207, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 223, 224, 225, 227, 228, 230, 232, 233, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 257, 263, 267, 278, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 307, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 324, 325, 326, 335, 348, 349, 356, 358, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 390, 391, 392, 393, 396, 397, 398

Mulheres Negras 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 137, 138, 139, 140, 143, 147, 150, 151, 179, 180, 182, 183, 309, 314

N

Nudez 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59

P

Pedagogia 3, 4, 12, 23, 24, 25, 161, 171, 175, 177, 242, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 264, 265, 281, 282, 376

Pessoa travesti 70, 77

Poder 11, 18, 26, 27, 28, 32, 35, 40, 43, 45, 46, 47, 49, 61, 63, 68, 82, 100, 110, 114, 117, 124, 126, 128, 129, 132, 142, 143, 144, 150, 155, 161, 174, 176, 181, 182, 188, 189, 190, 191, 192, 227, 230, 232, 233, 235, 239, 240, 255, 264, 266, 268, 269, 270, 284, 285, 287, 290, 311, 312, 314, 316, 318, 319, 320, 323, 328, 329, 350, 354, 365, 366, 370, 371, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 383, 384, 385, 387, 395

Psicologia 14, 25, 46, 84, 97, 161, 179, 182, 192, 205, 216, 217, 218, 226, 230, 282, 309, 310, 320, 347, 387, 389, 392, 399

R

Racismo 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 135, 136, 137, 146, 151, 178, 342, 343

S

Sexismo 37, 40, 41, 160, 178, 223

Sexo 1, 38, 40, 41, 61, 66, 68, 77, 83, 84, 91, 98, 101, 103, 104, 105, 108, 110, 118,

129, 130, 134, 143, 160, 164, 165, 167, 168, 169, 174, 185, 189, 223, 237, 240, 241, 250, 253, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 272, 273, 277, 279, 287, 292, 293, 294, 299, 300, 304, 305, 306, 307, 308, 313, 315, 317, 318, 319, 320, 322, 329, 336, 342, 354, 357, 358, 361, 363, 364, 365, 366, 367, 369, 378, 379, 380, 382, 385, 388, 392, 393
Sexualidade 1, 2, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 50, 58, 71, 73, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 141, 143, 144, 153, 155, 157, 160, 162, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 177, 208, 210, 218, 223, 225, 228, 232, 233, 249, 251, 259, 261, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 291, 292, 293, 294, 298, 302, 303, 304, 307, 309, 310, 311, 314, 317, 318, 319, 320, 322, 324, 325, 328, 329, 330, 337, 338, 339, 340, 341, 344, 347, 348, 349, 350, 354, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 366, 368, 384, 393, 399

Subjetividade Lésbica 322, 325

V

Velhice 84, 316, 348, 349, 351, 352, 354, 356, 357, 358, 359

Violência 9, 11, 21, 29, 37, 40, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 70, 79, 80, 84, 89, 93, 132, 134, 163, 167, 168, 176, 177, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 223, 226, 228, 230, 232, 237, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 282, 283, 284, 287, 289, 290, 302, 314, 319, 320, 322, 323, 325, 330, 335, 342, 343, 345, 368, 371, 374, 375, 376, 377, 382, 384, 391

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-609-6

